



Número: **0800135-72.2019.8.18.0054**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Inhumas**

Última distribuição : **18/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------------|
| JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO (AUTOR) | | LUCIANO DE CARVALHO E SILVA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 4959661 | 07/05/2019 10:15 | Certidão | Certidão |
| 4777732 | 16/04/2019 16:03 | Despacho | Despacho |
| 4514315 | 18/03/2019 12:17 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 4514330 | 18/03/2019 12:17 | b.o 1 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514333 | 18/03/2019 12:17 | b.o | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514334 | 18/03/2019 12:17 | comprovante de endereço | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514336 | 18/03/2019 12:17 | crlv | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514340 | 18/03/2019 12:17 | declaração ausencia iml | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514342 | 18/03/2019 12:17 | demonstrativo pagamneto | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514444 | 18/03/2019 12:17 | ficha de atendimento | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514448 | 18/03/2019 12:17 | ficha de referencia paciente | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514449 | 18/03/2019 12:17 | imagens | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514450 | 18/03/2019 12:17 | pagmento invalidez | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514456 | 18/03/2019 12:17 | petição | Petição |
| 4514455 | 18/03/2019 12:17 | procuração | Procuração |
| 4514458 | 18/03/2019 12:17 | raioX | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514464 | 18/03/2019 12:17 | receita medica | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514469 | 18/03/2019 12:17 | sinistro | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 4514470 | 18/03/2019 12:17 | tomografia | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA DA COMARCA DE INHUMA
Praça João de Sousa Lea, 545, Centro, INHUMA - PI - CEP: 64535-000

PROCESSO Nº: 0800135-72.2019.8.18.0054
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Seguro]
AUTOR: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, em cumprimento do despacho retro, agendei a realização de audiência de conciliação para o **dia 04 de novembro de 2019 às 11:30 horas**, a realizar-se no fórum de Inhuma/PI.

INHUMA-PI, 7 de maio de 2019.

ALINE MARIA RIBEIRO SANTOS
Secretaria da Vara Única da Comarca de Inhuma





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA DA COMARCA DE
INHUMA

Praça João de Sousa Lea, 545, Centro, INHUMA - PI - CEP: 64535-000

PROCESSO Nº: 0800135-72.2019.8.18.0054

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Seguro]

AUTOR: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, *caput*), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil.

Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia **(data a ser agendada pelos servidores do gabinete)**, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Expeça-se mandado de citação, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º.

Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso



I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual);

Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º).

Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º)

A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º).

Adote a secretaria as demais providências de estilo.

Cumpra-se, com urgência.

INHUMA-PI, 16 de abril de 2019.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Inhuma



ELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE INHUMA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.

STRO Nº 3180328564 – INVALIDEZ PERMANENTE

JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identificação RG nº .639 SSP/PI e CPF nº 052.994.063-98, residente e domiciliado no Povoado Baixa do Agreste, s/n, zona rural do município de Inhuma do PI, CEP 64.535-000, vem por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve, com escritório profissional à Av. Coronel Araújo, 2355, Horto, Teresina-PI, onde receberá as intimações de praxe, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT



ce da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** pessoa jurídica de direito privado regularmente
niada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas,
andar, centro, Rio De Janeiro (CIDADE) - RJ, 20.0312-05, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

RELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

Os Requerentes são pessoas humildes, sem recursos financeiros, não tendo como arcar com as custas e despesas
cessuais e nem com honorários advocatícios, sem prejudicarem o seu sustento, conforme prevê a Lei nº 1060/50, art. 98 CPC e art. 5º,
XV da CF, pelo que se requer a justiça gratuita.

OS FATOS

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito em 24/05/2017, por volta das 12h00min, quando trafegava em uma
cicleta de marca YAMAHA T115 CRYPTON K, de placa OVW-1538, quando o mesmo se deslocava na estrada vicinal do povoado
is, havendo um colisão na traseira de sua motocicleta, conforme ***Boletim de Ocorrência nº 341/2017*** em anexo.

Contudo, o autor foi socorrido por populares e encaminhado ao Hospital local da cidade de Inhumas conforme ***Prontuário de
imento de urgência e emergência, logo após foi encaminhado para o HREP na cidade de Valença*** em anexo.

Em decorrência deste acidente de trânsito resultou em enfermidades incuráveis e deformidades permanentes, consoante
rio médico em anexo.

**Como consequência do trágico acidente, o beneficiário teve as seguintes lesões: 1- Traumatismo TEC - trauma no
bro superior da face - um corte contuso nos lábios inferiores; 2- Trauma em membro superior esquerda – MSE – clavícula
rda; 3- Trauma em MIE – pé esquerdo; 4 - Várias escoriações pelo corpo; Com isso devido as lesões sofridas, o autor apresentou
ção da capacidade funcional do membro referido conforme prontuários médicos e laudos médicos em anexo.**

Com base nisso, requereu a indenização do seguro DPVAT, conforme art. 3º alínea “II” da lei 6.194/74, que determina o
mento de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, no caso presente caso, na ocasião o autor enviou todos os
mentos necessários para a seguradora Requerida, conformetabela em anexo.

Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido à invalidez decorrente do acidente narrado: **SINISTRO Nº
28564 - R\$ 843,50 – INVALIDEZ PERMANENTE**, portanto, razão pela qual é o presente para pleitear o valor fixado pela Lei
/74, existente entre o valor recebido e o devido. Contudo, não há falar em prescrição, vez ter ocorrido o pagamento parcial via
istrativo, o que, interrompe o aludido prazo, voltando o mesmo a correr.

É, em síntese, o relatório dos fatos.

O DIREITO

DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO FORO COMPETENTE



O presente caso, indubitavelmente, é regido pelo Código de Defesa do Consumidor, pois este, em seu artigo 3º, § 2º, rotula-o como sendo “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, INCLUSIVE AS DE NATUREZA CÍVIL, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, salvo as decorrentes de caráter trabalhistas”.

Assim sendo, as ações em que o consumidor pretende atribuir à responsabilidade civil ao fornecedor de produtos e serviços, não ser propostas no domicílio do autor, até mesmo para exercer a garantia da facilitação da defesa dos seus direitos, consoante o artigo 6º, I, c/c artigo 6º, VIII, do CDC, veja-o:

101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, observadas as seguintes normas:

ação pode ser proposta no domicílio do autor”;

6º São direitos básicos do consumidor:

- a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério judicial, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.

Deste modo, como as atividades securitárias sujeitam-se às normas protetivas do CDC, requer o autor, o recebimento da presente ação e o seu devido processamento perante este respeitável Juízo.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP 590, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a arcar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A Requerida em comento, ante o princípio da solidariedade que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está nada para figurar no polo passivo da presente demanda.

Demonstrando mais claramente o princípio da solidariedade, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:



l. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou não pago, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por uma ou mais sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

ACÓRDÃO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. 2. Qualquer seguradora que não esteja no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes. (...) 6. Agravo regimental improvido.” (Agrg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1ª TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106). V – VALORES PAGOS A MENOR DO SEGURO DPVAT: Como é sabido, por determinação legal, todo proprietário de veículo automotor deve arcar com um seguro obrigatório, denominado DPVAT, como forma de indenizar as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente da existência de culpa ou mesmo da identificação do veículo envolvido no acidente.

Ocorre, no entanto, que apesar de ser límpido o direito do autor, notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, tendo, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais comezinhos princípios do direito.

Destarte, uma lesão que compromete a vida do autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo sequelas permanentes físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, conforme tabela:

INVALIDEZ PERMANENTE

ii **INDENIZAÇÃO DEVIDA = R\$ 9.450,00**

ii **INDENIZAÇÃO RECEBIDA = R\$ 843,50**

ii **DIFERENÇA/VALOR EXIGIDO = R\$ 8.606,50**

Desse modo, em vista da recusa da seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido a invalidez administrativa, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário para que imponha a seguradora a obrigação de complementar a sua indenização, correspondendo ao remanescente a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, com correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp 788.712/RS, e os moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.

DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

Com base na narração fática supra, bem como na documentação probatória trazida aos autos, conclui-se, incontestavelmente, que o autor preencheu todos os requisitos necessários para que tivesse direito a indenização securitária.

Aduz o Art. 355, do Código de Processo Civil, o seguinte:



355 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

358 - O juiz não admitirá a recusa:

: o requerido tiver obrigação legal de exhibir;

se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

Dessa forma, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente quizila, requer se digne Vossa Excelência determinar que a promovida EXIBA TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO INISTRATIVO DE REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO REQUERENTE, ressaltando-se que o presente pedido não redunda em nenhum ônus a promovida, haja vista que a mesma possui livre e irrestrito acesso ao sistema MEGADATA DE COMPUTAÇÃO, sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

OS PEDIDOS

EX POSITIS, o autor requer se digne Vossa Excelência:

A) Que seja a Requerida citada, pelos Correios, via AR, para, querendo, apresentar contestação;

B) Que seja aplicado o Código de Defesa do Consumidor na presente demanda, posto tratar-se indiscutivelmente de relação de consumo;

C) Determinar que a Requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal;

D) Em caso de Vossa Excelência não entender cabível o pedido retro, requer, desde logo, a inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, inc. VIII, do CDC, de modo que fique de responsabilidade da seguradora em provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados;

E) O **JULGAMENTO INTEIRAMENTE PROCEDENTE** da presente demanda, de modo que seja condenada a seguradora a arcar com o pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei, equivalente à **R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e sessenta e cinquenta centavos) a título da INVALIDEZ PERMANENTE**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos de correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp. 788.712/RS, e juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP;

F) A condenação da seguradora das custas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Por fim, também requer a gratuidade da Justiça, posto que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e dos familiares.

Ademais, requer a este Douto Juízo que toda e qualquer notificação/intimação referente a presente demanda seja feita em nome do signatário desta peça Exordial, **LUCIANO DE CARVALHO E SILVA – OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A.**

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos).



Nesses termos,

Pede deferimento.

Inhuma (PI), 18 de março de 2019.

LUCIANO DE CARVALHO E SILVA

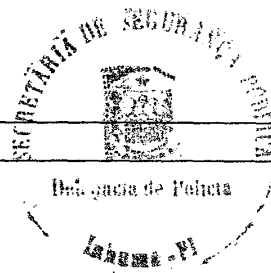
ADVOGADO

OAB-PI 10.014/OAB-MA 14.693-A





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE INHUMA
Rua Duque de Caxias, 846, Centro, CEP 64535-000, Inhumã/PI.



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 341/2017

Município: INHUMA/PI.

Natureza do Fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO.

DADOS DO REGISTRO

DELEGACIA RESPONSÁVEL: Delegacia de Polícia Civil de Inhumã/PI. DATA E HORA: 29.05.2017, às 08h51min.

NOTICIANTE: ERISVALDO DE SOUSA SILVA, abaixo qualificado, fone: 89-999-189051.

DADOS DO ACIDENTE

DATA E HORA: 24.05.2017, por volta das 12h00min.

TIPO DE VIA: trânsito rápido ZONA: rural; LOCAL: Estrada PI 227, altura do povoado Catingueiro, próximo à casa de Lourdes, Inhumã/PI, CONDIÇÕES LOCAIS: Via pavimentada com asfalto, trecho de curvas, em declive, bom estado de conservação, VISIBILIDADE: boa, TEMPO: bom, PERÍODO: diurno, SINALIZAÇÃO: horizontal e vertical.

DADOS DA(S) PESSOA(S) ENVOLVIDA(S)

PESSOA 01: Condutor.

NOME: ERISVALDO DE SOUSA SILVA, natural de Inhumã/PI, união estável, trab. rural, nascido no dia 01.09.1984, RG nº 2.442.655-SSP/PI, CPF nº 038.041.803-70, CNH: não possui, filho de Maria Elza de Sousa e Silva e de José Antônio da Silva, residente no povoado Catingueiro, S/N, Inhumã/PI.

PESSOA 02: Passageiro.

NOME: JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, natural de Inhumã/PI, casado, trab. rural, nascido no dia 29.12.1955, RG nº 288.297-SSP/PI, CPF nº 386.974.593-20, CNH: não possui, filho de Arcanjo Firma de Jesus e de Antônio Manoel da Silva, residente no povoado Catingueiro, S/N, Inhumã/PI.

PESSOA 03: Condutor.

NOME: JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO, natural de Valença do Piauí/PI, solteiro trab. rural, nascido no dia 18.06.1991, RG nº 3.313.639-SSP/PI, CPF nº 052.994.063-98, CNH: 06837028145, filho de Maria da Conceição Oliveira Ribeiro e de Vicente de Oliveira Ribeiro, residência no povoado Baixa do Maranhão, S/N, Inhumã/PI.

DADOS DO(S) VEÍCULO(S) (S).

VEÍCULO 01: Espécie/tipo: PAS/MOTOCICLE/NENHUMA, marca/modelo: HONDA/CG 150 TITAN KS, placa: DYS-3696-Inhumã/PI, chassi: 9C2KC08107R174191, cor predominante: PRETA, categoria: PARTICU., ano fab./mod.: 2007/2007, código RENAVAM: 00918732310, proprietário titular no CRLV: Maria Elza de Sousa e Silva, CPF nº 980.686.363-15.

VEÍCULO 01: Espécie/tipo: PAS/MOTONETA/NENHUMA, marca/modelo: YAMAHA/T115 CRYPTON K, placa: VOW-1538-Inhumã/PI, chassi: 9C6KE1560D0025881, cor predominante: BRANCA, categoria: PARTIC., ano fab./mod.: 2013/2013, código RENAVAM: 00557865212, proprietário titular no CRLV: João Carlos Maroupo, CPF nº 510.201.733-00.

TESTEMUNHA(S).

01 – A conhecida por LOURDES, casada, trab. rural, filha de Maria e de Amaro, residente no povoado Catingueiro, S/N, zona rural de Inhumã/PI.

HISTÓRICO DO ACIDENTE.

Narra a noticiante (pessoa 01) que, no dia e horário do sinistro, conduzindo o veículo 01 se deslocava do povoado Cupins com destino a sua residência, levando como passageiro a pessoa 02, e no local acima citado, ao reduzir velocidade a fim de cessar a estrada vicinal que leva à sua casa, sofreu uma colisão traseira provocada pelo veículo 02 que era conduzido pela pessoa 03; que após o acidente, todas as pessoas envolvidas foram socorridas pela pessoa 01 e conduzidos num Corsa por seu irmão José da Silva para o hospital local, onde receberam atendimento prestado por uma enfermeira; que foram encaminhados para o hospital regional da cidade de Valença do Piauí, onde ele noticiante (pessoa 01) e a pessoa 02 receberam atendimento médico, pois ele noticiante (pessoa 01) sofreu lesões corporais: corte contuso no couro cabeludo, fratura no tornozelo esquerdo e escoriações; a pessoa 02 sofreu lesões corporais: corte contuso em couro cabeludo, fratura no tornozelo esquerdo, trauma no braço e na coxa esquerdos; que do hospital de Valença, a pessoa 03 foi encaminhada para o hospital regional da cidade de Picos, onde recebeu atendimento médico, pois sofreu lesões corporais: na cabeça (fratura) e na clavícula esquerda (fratura), conforme documentação médico-hospitalar apresentada; que não usavam capacete no momento do acidente.

Noticiante: *Erisvaldo de Sousa Silva*

Responsável pelo Registro:

Abs: As informações contidas neste BO são de inteira responsabilidade do noticiante.

Francisco de Assis Gonçalves de Araújo
Escritor de Polícia "AD HOC"
Mat. 040166-8





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE INHUMA
Rua Duque de Caxias, 846, Centro, CEP 64535-000, Inhuma/PI.

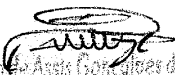


TERMO DE RETIFICAÇÃO

Nesta data, a requerimento verbal de ERISVALDO DE SOUSA SILVA, natural de Inhuma/PI, união estável, trab. rural, RG nº 2.442.655-SSP/PI, CPF nº 038.041.803-70, residente no povoado Catingueiro, S/N, Inhuma/PI, retifico a placa "VOW-1538-Inhuma/PI" informada no Campo "Dado(s) do(s) Veículo(s) do Boletim de Ocorrência Nº 341/2017, datado de 29.05.2017, para a placa correta: **OVW-1538-Inhuma/PI**, conforme documentos do veículo (CRLV e bilhete de Seguro DPVAT), apresentados nesta delegacia por ocasião da lavratura do referido BO. Nada mais disse.

Inhuma/PI, 30 de Outubro de 2017.

Requerente: JOSÉ CLETON OLIVEIRA REZENDE


Francisco de Assis Gonçalves de Araújo
Escrivão de Polícia "AD HOC"
Mat. 040166-8





Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

1196849-4

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Inscrição: 19.201.393-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de Impressão autorizada pelo SEFAZ 06/98

Nº da Nota Fiscal 000897583

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

| CONTA MÊS | VENCIMENTO | CONSUMO (kWh) | TOTAL A PAGAR (R\$) |
|------------|------------|---------------|---------------------|
| ABRIL/2017 | 27/04/2017 | 60 | 40,40 |

VICENTE DE OLIVEIRA RIBEIRO
LC BAIXA DO AGRESTE II S/N S/C B-RURAL
CPF: 00031374549304
CEP: 64.535-000 - INHUMA

ROT: 238.660.14.84.054215

| DADOS DA LEITURA | | kWh | DATAS DA LEITURA | |
|-----------------------------|--|-------|------------------|------------|
| Atual: | | 4899 | Atual: | 19/04/2017 |
| Anterior: | | 4839 | Anterior: | 22/03/2017 |
| Constante de Multiplicação: | | 1,000 | Próxima Leitura: | 22/05/2017 |
| Consumo Medido: | | 60 | Emissão: | 19/04/2017 |
| Consumo Faturado: | | 60 | Apresentação: | 19/04/2017 |
| | | FCAM | | |

| | | |
|------------------------------|---------------------------|----------------------|
| Forma de faturamento: NORMAL | Código de irregularidade: | Data de Exatidão: 28 |
|------------------------------|---------------------------|----------------------|

| Classe/Subclasse | Ligação | Número Medidor | Poste | Código Fat. | Média 12 meses |
|------------------|---------|----------------|-------|-------------|----------------|
| RESIDENCIAL | MONO | A1084472 | | 1.1.1.1 | 68 |

| HISTÓRICO kWh | DESCRICAÇÃO DA CONTA |
|----------------------|-------------------------------------|
| Mês/ano consumo | |
| MAR/17 75 | CONSUMO 60 A R\$ 0,584657 = 35,07 |
| FEV/17 63 | CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 5,33 |
| JAN/17 67 | ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 0,38 |
| DEZ/16 72 | ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 1,22 |
| NOV/16 141 | |
| OUT/16 0 | |
| SET/16 68 | |
| AGO/16 68 | |
| JUL/16 68 | |
| JUN/16 68 | |
| TARIFA SEM TRIBUTOS: | |
| 0 A 60 - 0,444457 | |

| MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO | |
|---|------------|
| Mês/Ano | VENCIMENTO |
| 10/2016 | 20.08 |
| Informamos que a partir de 10/08/2016 o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) será o valor a ser pago pelo cliente em caso de atraso no pagamento da conta de energia elétrica. Caso o cliente não pague a conta no prazo estabelecido, a Eletrobras Piauí poderá tomar as medidas necessárias para o atendimento da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002. | |
| EM ABRIL A TARIFA SERÁ REDUZIDA EM 7,01% DEVOLVENDO A PREVISÃO DO ENCARGO DE ENERGIA DE RESERVA DA USINA ANGRA-3 LIGADA ANEL 22.14.7/17. MAIS INFORMAÇÕES WWW.ANEL.GOV.BR E DEMAIS CANAIS DE CONTATO. LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA O PAGO VENCIMENTO 1.5.10.15.20.25 | |

RESERVADO AO FISCO D81E.0C29.6A32.DECF.70C3.EFC0.9AC0.0D03

| COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$ | IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$ |
|---------------------------|-------------------------|
| Distribuição: 9,69 | Base de Cálculo: 35,07 |
| Energia: 11,87 | Alíquota ICMS: 20,00% |
| Transmissão: 1,43 | Valor do ICMS: 7,01 |
| Encargos: 3,69 | Valor do PIS: 0,24 |
| Tributos: 8,39 | Valor do COFINS: 1,14 |

| INDICADORES DE CONTINUIDADE | | | | | | | | |
|-----------------------------|------|-------|-------|------|------|-------|---------|-------|
| | DIC | | | PC | | | DMC | DICR |
| | Jan | Fev | Mar | Jan | Fev | Mar | Jan | Mar |
| | 6,47 | 12,94 | 25,89 | 3,61 | 7,22 | 14,45 | 3,80 | |
| | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| BURITI GRANDE | | | | | | | 02/2017 | 15,36 |



| REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES | | SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT | |
|--|--|--|--|
| DETRAN - PI CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO Nº 012508248470 VIA 1 COD RENAVAM 00557865212 RNTTC EXERCICIO 2016 | | PI Nº 012508248470 BILHETE DE SEGURO DPVAT | |
| 0615 0012 633d 4311 604d 295c 23b7 436d 723d 1609 3816 NOME JOAO CARLOS MAROUPPO PLACA OVW-1538 PLACA ANTERIOR CHASSI 9C6KE1560D0025881 | | ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.dpvatsegurodotransito.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204 | |
| ESPECIE TIPO PAB/MOTONETA / NENHUMA COMBUSTIVEL GASOLINA MARCA/MODELO YAMAHA/T115 CRYPTON K ANO FAB 2013 ANO MOD 2013 | | EXERCICIO 2016 DATA EMISSAO 06/09/2016 VIA 1 CPF/CNPJ 51020173300 PLACA OVW-1538 | |
| CAR/POT/CIL 02P/0114CC CATEGORIA PARTICU COR PREDOMINANTE BRANCA | | RENAVAM 00557865212 MARCA/MODELO YAMAHA/T115 CRYPTON K ANO FAB 2013 CAT TARE 09 Nº CHASSI 9C6KE1560D0025881 | |
| COTA UNICA VENC. COTA UNICA VENC. COTAS 1ª TRVA FAIXA LEVA PARCELAMENTO / COTAS 2ª PAGO 3ª | | PRÊMIO TARIFÁRIO 00000 (R\$) 00000 (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$) | |
| PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 00000 (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO 06/09/2016 SEGURO OBRIGATORIO SEM RESTRICOES OBSERVAÇÕES | | CUSTO DO BILHETE (R\$) 00000 (R\$) COTA A SER PAGO DO SEGURO (R\$) 00000 (R\$) | |
| DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA | | PAGAMENTO COTA UNICA PARCELADO DATA DE OUTRACAO 11/05/2015 | |
| INHUMA LOCAL 06/09/2016 | | SEGURADORA LIDER - DPVAT CNPJ 09.248.608/0001-04 www.seguradoralider.com.br | |

| REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES | | DETRAN - PI | |
|--|--|---|--|
| Nº 010840705856 0120150149326 80552840686 CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO 11150012533da335b0ad35f22b7496a7f6ad6053815 VIA 1 COD RENAVAM 00557865212 RNTTC | | NOME ENDEREÇO JOAO CARLOS MAROUPPO PV BAIXAS ZONA RURAL 51020173300 OFICINA MARIA LIDA DOS REIS GOMES PLACA ANTERIOR OVW-1538 | |
| ESPECIE TIPO PAB/MOTONETA / NENHUMA COMBUSTIVEL GASOLINA MARCA/MODELO YAMAHA/T115 CRYPTON K ANO FAB 2013 ANO MOD 2013 | | COR PREDOMINANTE BRANCA CAR/POT/CIL 02P/0114CC CATEGORIA PARTICU | |
| OBSERVAÇÕES 0 PBT: 000.29 | | DATA 11/05/2015 LOCAL INHUMA SEM RESTRICOES | |

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JOSE CLETON OLIVEIRA RIBEIRO

CPF da Vítima

052.994.063-98

Data do Acidente

24/05/2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

JAHUMADOPIAUE-PI, 19 de JUNHO de 2018

Local e Data

JOSE CLETON OLIVEIRA RIBEIRO

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



SINISTRO 3180328564 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Rio de Janeiro-RJ

BENEFICIÁRIO JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO**CPF/CNPJ:** 05299406398**Posição em 02-08-2018 10:06:21**

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT.

Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|-------------|
| 03/08/2018 | R\$ 843,75 | R\$ 0,00 | R\$ 843,75 |





PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMA - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE INHAZINHA NUNES
Rua Cel. Cícero Portela, 463 - Centro - Inhuma - PI

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

NOME: JOSE CHEITON OLIVEIRA RIBEIRO CPF: _____
FILIAÇÃO: MÃE: MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO
DATA DE NASC. 18/06/1996 SEXO: MASC. ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
ENDEREÇO: POV. BAIXAS

EXAME CLÍNICO / DIAGNÓSTICO: (PRANTÃO SEM MÉDICO).

Paciente vítima de acidente motociclístico (STV), do tipo colisão com moto. Apresenta-se consciente, orientado, com corte contuso nos lábios inferiores + suspeita de fratura da clavícula e + corte contuso no MIE (pé E) + múltiplas escoriações pelo corpo. Encaminhado para o Hospital Regional Buiáquio Pontela (HREP). Paciente apresenta-se com otorragia.

PROCEDIMENTOS:

PA: 120 x 90 mmHg; Sat. O₂: 99%; e FC: 98 bpm.

- Realiza + curativos compressas (cabeça e, pé E e D).
- Encaminhado para o Hospital Regional Buiáquio Pontela (HREP) para avaliação médica.

DATA: 24/05/2017

Maria da Conceição de Holanda
Enfermeira
COREN-PI 000.729
MÉDICO

ASS. RESPONSÁVEL: _____



**FOLHA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DO PACIENTE**

REFERÊNCIA

SENHA: 2017 0524 1958

Município: Itumbera n° do Prontuário da Unidade

Nome da Unidade: Instituto Vunesp

Nome do Paciente: José Aciton Oliveira Ribeiro

Endereço: _____ Município _____ Estado _____

Documento de Identificação (CPF, RG, Cert. Nasc.): _____

Idade: 25 anos Profissão:

Sinais e Sintomas Clínicos: *Distúrbio da Circulação Cerebral / 5 / causado por acidente / 50 / 76%*

Conduta Adotada: Deixar de usar o nome

Motivo de Encaminhamento: *OK - 15/04/88 - C = 2ª etapa - bacia de drenagem*

Leio X oulro (a) = ^{12/10/1988} sistema com toda clavicula (f)

→ Conducta especializada

PARA

Unidade de Saúde: Unidade de Saúde 115 Município: Itapetininga

Solicitação de Serviços Diagnósticos:

Solicitação de Internação:

Data: 11/11/11 Horas:

Dr. G. Danila
Médico
710

| | | |
|-------------------|------------|--------------|
| Assinatura | CRM | COREN |
|-------------------|------------|--------------|

CONTRA REFERÊNCIA

CONFERENCE
Data

Unidade: _____

Municipio: _____ Estado: _____

Nome do Paciente: _____

Diagnostico Conclusivo. _____

Candidato A la(s) _____

Condição Adotada. _____

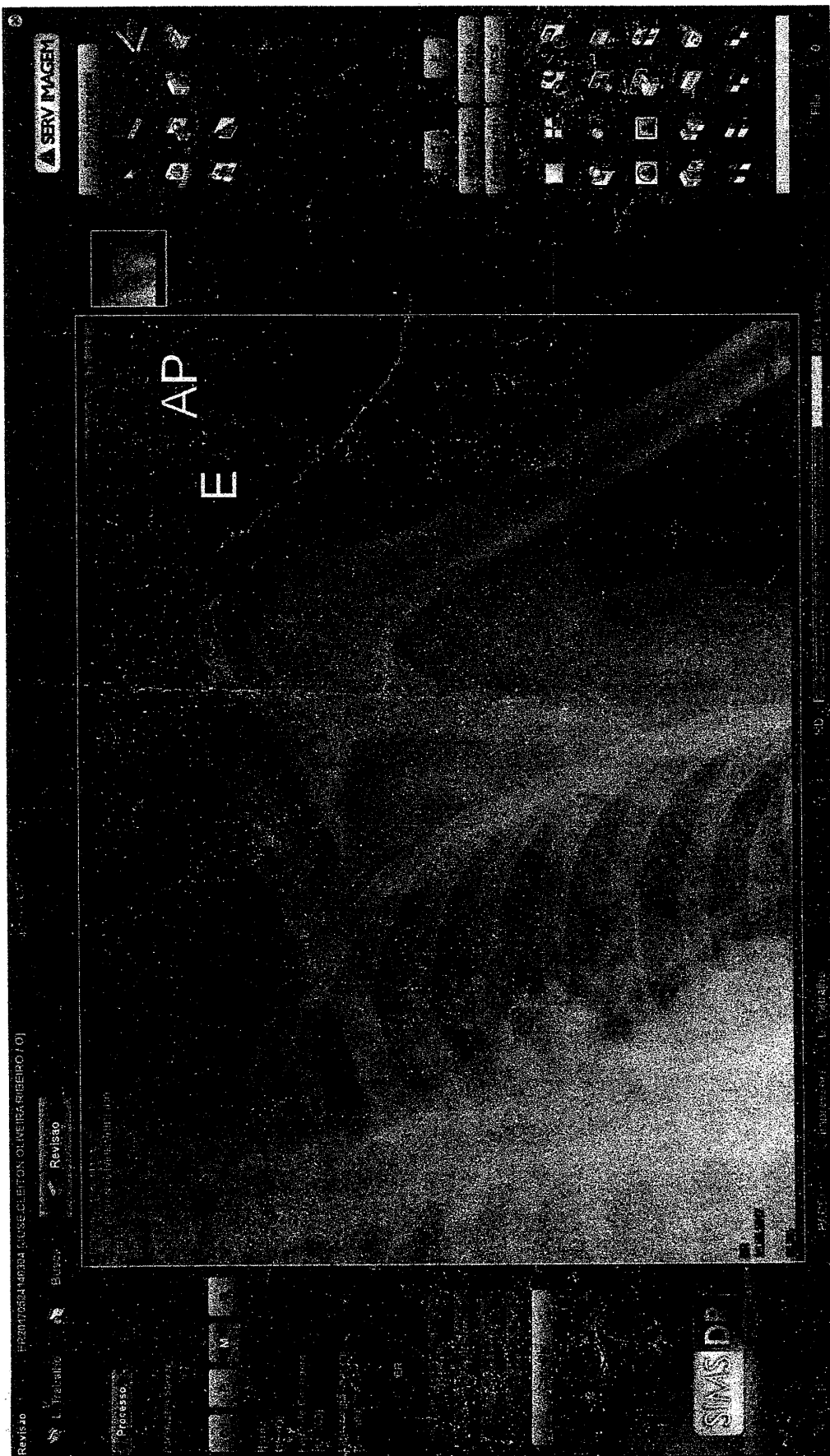
Recomendação: _____

Recomendações: _____

Data: / / _____

110485





Revisto PRZOTOGA HARRA CUSECELETON OLIVEIRA RIBEIRO / OI

Revisto

Processo

N

SIMS D



Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2018

Carta nº: 13256718

A/C: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

Nº Sinistro: 3180328564
Vitima: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO
Data do Acidente: 24/05/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: JOSE SUDARIO DA SILVA SOBRINHO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

Valor: R\$ 843,75

Banco: 104

Agência: 000000639

Conta: 00000127951-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

| | | |
|------------------|-----|--------|
| Multa: | R\$ | 0,00 |
| Juros: | R\$ | 0,00 |
| Total creditado: | R\$ | 843,75 |

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

| | | |
|--|-----|--------|
| Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 = | R\$ | 843,75 |
|--|-----|--------|

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01079/01080 - carta_15R - INVALIDEZ

00010540





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE INHUMA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.

SINISTRO Nº 3180328564 – INVALIDEZ PERMANENTE

JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identificação RG nº 3.313.639 SSP/PI e CPF nº 052.994.063-98, residente e domiciliado no Povoado Baixa do Agreste, s/n, zona rural do município de Inhuma do Piauí/PI, CEP 64.535-000, vem por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve, com escritório profissional à Av. Coronel Costa Araújo, 2355, Horto, Teresina-PI, onde receberá as intimações de praxe, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio De Janeiro (CIDADE) - RJ, 20.0312-05, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:



I | PRELIMINARMENTE

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Os Requerentes são pessoas humildes, sem recursos financeiros, não tendo como arcar com as custas e despesas processuais e nem com honorários advocatícios, sem prejudicarem o seu sustento, conforme prevê a Lei nº 1060/50, art. 98 CPC e art. 5º, XXXV da CF, pelo que se requer a justiça gratuita.

I - DOS FATOS

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito em 24/05/2017, por volta das 12h00min, quando trafegava em uma motocicleta de marca YAMAHA T115 CRYPTON K, de placa OVW-1538, quando o mesmo se deslocava na estrada vicinal do povoado Cupins, havendo um colisão na traseira de sua motocicleta, conforme *Boletim de Ocorrência nº 341/2017* em anexo.

Contudo, o autor foi socorrido por populares e encaminhado ao Hospital local da cidade de Inhuma conforme *Prontuário de atendimento de urgência e emergência, logo após foi encaminhado para o HREP na cidade de Valença* em anexo.

Em decorrência deste acidente de trânsito resultou em enfermidades incuráveis e deformidades permanentes, consoante relatório médico em anexo.

Como consequência do trágico acidente, o beneficiário teve as seguintes lesões: **1- Traumatismo TEC - trauma no membro superior da face - um corte contuso nos lábios inferiores; 2- Trauma em membro superior esquerda – MSE – clavícula esquerda; 3- Trauma em MIE – pé esquerdo; 4 - Várias escoriações pelo corpo; Com isso devido as lesões sofridas, o autor apresentou redução da capacidade funcional do membro referido conforme prontuários médicos e laudos médicos em anexo.**

Com base nisso, requereu a indenização do seguro DPVAT, conforme art. 3º alínea “II” da lei 6.194/74, que determina o pagamento de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, no caso presente caso, na ocasião o autor enviou todos os documentos necessários para a seguradora Requerida, conforme *tabela* em anexo.

Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido à invalidez decorrente do acidente narrado: **SINISTRO Nº 3180328564 - R\$ 843,50 – INVALIDEZ PERMANENTE**, portanto, razão pela qual é o presente para pleitear o valor fixado pela Lei 6.194/74, existente entre o valor recebido e o devido. Contudo, não há falar em prescrição, vez ter ocorrido o pagamento parcial via administrativo, o que, interrompe o aludido prazo, voltando o mesmo a correr.

É, em síntese, o relatório dos fatos.



II - DO DIREITO

1. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO FORO COMPETENTE

O presente caso, indubitavelmente, é regido pelo Código de Defesa do Consumidor, pois este, em seu artigo 3º, § 2º, rotula serviço como sendo “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, INCLUSIVE AS DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, salvo as decorrentes de caráter trabalhistas”.

Assim sendo, as ações em que o consumidor pretende atribuir à responsabilidade civil ao fornecedor de produtos e serviços, poderão ser propostas no domicílio do autor, até mesmo para exercer a garantia da facilitação da defesa dos seus direitos, consoante o artigo 101, inciso I, c/c artigo 6º, VIII, do CDC, veja-o:

"Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas:

I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor";

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".

Deste modo, como as atividades securitárias sujeitam-se às normas protetivas do CDC, requer o autor, o recebimento da presente ação e o seu devido processamento perante este respeitável Juízo.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

“Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...)

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A Requerida em comento, ante o princípio da solidariedade que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda.



Demonstrando mais claramente o princípio da solidariedade, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

“Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. 2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes. (...) 6. Agravo regimental improvido.” (Agrg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106). V – VALORES PAGOS A MENOR DO SEGURO DPVAT: Como é sabido, por determinação legal, todo proprietário de veículo automotor deve arcar com um seguro obrigatório, denominado DPVAT, como forma de indenizar as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente da existência de culpa ou mesmo da identificação do veículo envolvido no acidente.

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do autor, notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, ensejando, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais mezinhos princípios do direito.

Destarte, uma lesão que compromete a vida do autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo sequelas permanentes não só físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, conforme tabela:

INVALIDEZ PERMANENTE

- ✓ **INDENIZAÇÃO DEVIDA = R\$ 9.450,00**
- ✓ **INDENIZAÇÃO RECEBIDA = R\$ 843,50**
- ✓ **DIFERENÇA/VALOR EXIGIDO = R\$ 8.606,50**

Desse modo, em vista da recusa da seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário para que imponha a seguradora a obrigação de pagar a complementação da sua indenização, correspondendo ao remanescente a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.



3. DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

Com base na narração fática supra, bem como na documentação probatória trazida aos autos, conclui-se, incontestavelmente, que o promovente preencheu todos os requisitos necessários para que tivesse direito a indenização securitária.

Aduz o Art. 355, do Código de Processo Civil, o seguinte:

Art. 355 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.
Art. 358 - O juiz não admitirá a recusa:
I - se o requerido tiver obrigação legal de exhibir;
III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

Dessa forma, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente quizila, requer se digne Vossa Excelência determinar que a promovida EXIBA TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO REQUERENTE, ressaltando-se que o presente pedido não redundará em nenhum ônus a promovida, haja vista que a mesma possui livre e irrestrito acesso ao sistema MEGADATA DE COMPUTAÇÃO, sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

V - DOS PEDIDOS

EX POSITIS, o autor requer se digne Vossa Excelência:

A) Que seja a Requerida citada, pelos Correios, via AR, para, querendo, apresentar contestação;

B) Que seja aplicado o Código de Defesa do Consumidor na presente demanda, posto tratar-se indiscutivelmente de relação de consumo;

C) Determinar que a Requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal;

D) Em caso de Vossa Excelência não entender cabível o pedido retro, requer, desde logo, a inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, inc. VIII, do CDC, de modo que fique de responsabilidade da seguradora em provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados;

E) O **JULGAMENTO INTEIRAMENTE PROCEDENTE** da presente demanda, de modo que seja condenada a seguradora Requerida ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei, equivalente à **R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos)** a título da **INVALIDEZ PERMANENTE**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos de correção monetária, desde a data do sinistro, conforme



determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp. 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP;

F) A condenação da seguradora das custas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Por fim, também requer a gratuidade da Justiça, posto que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e dos familiares.

Ademais, requer a este Douto Juízo que toda e qualquer notificação/intimação referente a presente demanda seja feita em nome do subscritor desta peça Exordial, **LUCIANO DE CARVALHO E SILVA – OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A.**

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos).

Nesses termos,
Pede deferimento.

Inhuma (PI), 18 de março de 2019.

LUCIANO DE CARVALHO E SILVA
ADVOGADO
OAB-PI 10.014/OAB-MA 14.693-A



“PROCURAÇÃO” AD-JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, CPF: 052.994.063-98, RG: 3.313.639, SSP/PI, END. LC BAIXA DO AGRESTE II S/N, B. ZONA RURAL, CIDADE: INHUMA DO PIAUI - PI, CEP: 64-535-000.

OUTORGADOS: LUCIANO DE CARVALHO E SILVA, Advogado, OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A, inscrito no CPF sob n. 881.413.573-87, (86) 99998-5974, lucianocarvalho.adv@gmail.com, com escritório profissional na Avenida Coronel Costa Araújo, n. 2355, 303 A, Bairro de Fátima, CEP n. 64049-460, Teresina/PI.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia(m) e constitui(em) seus bastantes procuradores, os advogados acima qualificados, a quem conferem amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **AD-JUDICIA ET EXTRA**, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos dos outorgantes em qualquer repartição Pública (Federal, Estadual ou Municipal, administrativamente, e/ou em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal) ou Privada, receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do(s) pedido(s), renunciar ao(s) direito(s), que se funda(m) a(s) ação(ões), acionar, desistir, transigir, transacionar, passar recibos, dar quitação, em juízo ou extrajudicialmente, sobre o(os) negócio(s) do(a) Outorgante(s) no que lhe for incumbido, podendo requerer, alegar, defender todo(s), o(s) seus direitos e justiça, em quaisquer demandas ou causas cíveis, trabalhistas ou criminais, movidas ou por mover contra o(s) outorgante(s), em que seja(m) autor(es) ou réu(s), podendo requerer citações, ajuizar ações de todas as espécies, contra quem de direito, apelar, agravar ou embargar, qualquer sentença ou despacho, assinar termo de Inventariante, partilhas amigáveis, oferecer exceções, libelo, embargos, suspeição, contraditar ou inquirir testemunhas, concordar, discordar ou impugnar cálculos, avaliações, descrição de bens, seguindo umas e outras, até final de decisão, usando todos os recursos legais em fim, incluindo também CLÁUSULA “AD NEGOTIA”, onde autoriza o OUTORGADO a fazer levantamento e valores creditados em favor do OUTORGANTE, através de alvará judicial, receber alvará em nome do próprio, RPV ou Precatório, junto ao Banco do Brasil, CEF ou qualquer instituição financeira, que façam qualquer referência aos depósitos judiciais em que o OUTORGADO atuou como patrocinador da ação, podendo ainda, receber alvará judicial, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, pelo que reputo(amos) como bom firme e valioso.

INHUMA DO PIAUI – PI, 01 de AGOSTO de 2018.

Outorgante: x José Cleiton Oliveira Ribeiro
Dispensado autenticação, art. 105 da Lei 13.105/15 (NCPC)



Nome: JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

Requisitante: .

Data: 12/06/2017

Nº.: 49517

EXAME: RX DA CLAVÍCULA ESQUERDA

RELATÓRIO

- Textura óssea preservada.
- Fratura completa do terço médio / distal da clavícula.
- Demais estruturas ósseas íntegras.
- Espaços articulares preservados.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

PEDRO DE PAULA BOMFIM NETO

CRM: 3255

Praça Getúlio Vargas, 297 - Fone/Fax: (89) 3465-1201 - Valença do Piauí





Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

RECEITUÁRIO

Nome: João Cláudio Silva Filho

uso cr

1) Euprepno 600g — 202

Tomar 1 ppo, 12h/12h, por
sda

Data 19/03/12 Dr.

Dr. Helber
M.D.
CRM 1001

= FUMAR FAZ MAL À SAÚDE =



Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

Nº Sinistro: 3180328564

Vítima: JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

Data do Acidente: 24/05/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE SUDARIO DA SILVA SOBRINHO

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180328564**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13133955

Pag. 00481/00482 - carta_01 - INVALIDEZ



Nome: JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO
Data: 24/05/2017
Convênio: PARTICULAR

Nº.: 49517

EXAME: TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA CRÂNIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10 mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal

RELATÓRIO:

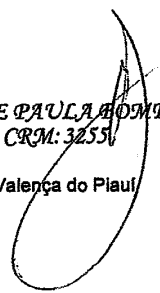
- Parênquima encefálico com morfologia e coeficientes de atenuação normais.
- Ventriculos laterais, 3º e 4º ventriculos com formas/dimensões normais.
- Não há desvio da linha média.
- Sulcos e fissuras de aspecto normal em relação a idade.
- Cisternas basais sem alterações.
- Ausência de calcificações patológicas.
- Fratura longitudinal do osso temporal esquerdo.
- Hematoma subgaleal fronto parietal esquerdo.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- 1- Fratura longitudinal do osso temporal esquerdo.
- 2- Hematoma subgaleal fronto parietal esquerdo.

(01 filme)

Obs.: Exame realizado em Tomógrafo Multislice que reduz pela metade o tempo de exposição à radiação ionizante.


PEDRO DE PAULA BOMFIM NETO
CRM: 3255

Praça Getúlio Vargas, 297 - Fone/Fax: (89) 3465-1201 - Valença do Piauí

